

MEGA-EVENTOS E REESTRUTURAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO: A “PARIS DOS TRÓPICOS” E A “CIDADE OLÍMPICA”

FABIO SILVEIRA MOLINA
Universidade de São Paulo
Doutor em Geografia Humana
fmolina@usp.br

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro em breve sediará os Jogos Olímpicos de 2016 e esse acontecimento adquire grandes proporções na cidade, pois se trata do mega-evento de maior relevância (e repercussões espaciais) na atualidade para uma cidade: sediá-lo significa estar em evidência, em escala planetária. Algo parecido ocorreu no Rio em um passado recente e em menores proporções, ao sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, “preparando terreno” para a candidatura da cidade às Olimpíadas e configurando-se como marco inicial na produção da “Cidade Olímpica”, sob a lógica do empreendedorismo urbano e dos Planos Estratégicos. Apesar de parecer um fenômeno recente, dada a contemporaneidade do fato, o “olhar do mundo” para o Rio de Janeiro em função de um mega-evento (e seu papel na produção do espaço urbano e estruturação da cidade) tem sua origem num passado remoto, abrigado em um outro contexto social, político, econômico e cultural.

Naquele tempo (início do século XX), tratava-se da promoção da recém-construída “Paris dos Trópicos”, produzida aos moldes da reforma urbana de Paris promovida por Haussmann no século XIX. Nesse contexto gesta-se o primeiro mega-evento na cidade no Rio de Janeiro: a Exposição Nacional de 1908, no bairro da Urca. Alguns anos mais tarde, outro mega-evento se realiza na cidade: a Exposição Internacional de 1922, realizada na área central da cidade.

Os mega-eventos são verdadeiros espetáculos cujas expressões concretas são materializadas no espaço interno das cidades e se configuram, notadamente, como estratégias urbanas adotadas pelo poder público aliado à iniciativa privada, e trazem consigo uma profusão de mega-projetos urbanos (envolvendo construções diversas) que impactam diretamente na estrutura urbana das cidades. Um mega-evento refere-se, basicamente, à larga escala de abrangência (expressividade internacional),

duração e visibilidade (proporcionada, entre outros, pela cobertura midiática), à dimensão simbólica capaz de proporcionar a atração de pessoas e capitais (investimentos) e, sobretudo, à sua dimensão espacial, ou seja, ao seu poder de induzir, direta ou indiretamente, consideráveis transformações espaciais nas cidades nas quais os mesmos ocorrem, manifestadas materialmente através da construção de edificado (em geral), obras de infra-estrutura, disponibilização (ou conquista) de novos terrenos (dotando-os de infra-estrutura e edificações diversas) e, por vezes, ressignificando áreas inteiras para a realização do mega-evento e, ao mesmo tempo, prevendo sua utilização futura, dado o seu caráter essencialmente efêmero.

Historicamente, os mega-eventos no Rio de Janeiro são tomados pelo poder público municipal (em parceria com o setor privado) como ferramentas ou pretextos para as diversas intervenções urbanas levadas a cabo na cidade e, desta forma, as atenções dirigem-se a fragmentos da cidade atrativos ao capital, promovendo-se a criação de novos objetos e ações inseridos na lógica intrínseca aos mega-eventos, à valorização do espaço e ao seu consumo, buscando ainda atuar na imagem da cidade.

Na relação entre os mega-eventos e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, constata-se que a realização de mega-eventos pode envolver tanto a incorporação de novas áreas à cidade como a refuncionalização seletiva de áreas existentes no espaço intra-urbano, através de intervenções urbanas de grande impacto na reestruturação da cidade, acentuando processos de fragmentação e criando ou reforçando centralidades.

A estrutura urbana, compreendida como o arranjo interno dos diferentes usos do solo num determinado momento (SPOSITO, 1991), é constantemente redefinida em função de diversos fatores, entre eles, a expansão territorial e os novos usos do solo que, no curso da urbanização e produção espacial, e sob a ação de determinados agentes (responsáveis também por desestruturações), implicam na reestruturação da cidade atrelada, basicamente, aos processos de fragmentação e centralização.

A fragmentação espacial resulta de ações homogeneizantes e que, de forma contraditória, induzem a um processo que divide o espaço em parcelas menores. Essas parcelas são produzidas e vendidas enquanto solo urbano e, portanto, tornadas mercadoria, acabando por restringir o uso (CARLOS, 2002). Produto da produção capitalista do espaço e da imposição do homogêneo, o processo de fragmentação é concomitante ao de valorização espacial. Já a centralidade urbana, expressão do processo de fragmentação espacial, é um atributo (ou qualificativo) de parcelas do

espaço cuja expressão maior se traduz, basicamente, na capacidade de atrair fluxos de diversas naturezas e concentrar objetos, pessoas, e ações. Uma área dotada de centralidade representa o lugar dotado das melhores condições de infra-estrutura e equipamentos urbanos, foco de atração de investimentos, pessoas (consumidores), comércio, serviços, entre outros.

Tendo em vista o papel dos mega-eventos nos diferentes momentos da estrutura urbana carioca, analisaremos nas linhas seguintes dois períodos específicos separados por um século e que se mostram relevantes na (re)estruturação da cidade: o das Grandes Exposições no início do século XX (na então “Paris dos Trópicos”) e o dos mega-eventos esportivos internacionais no início do século XXI (na “Cidade Olímpica”).

MEGA-EVENTOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX – AS GRANDES EXPOSIÇÕES

É efetivamente a partir do início do século XX que houve, no Rio de Janeiro, uma sucessão de planos urbanísticos visando primordialmente o “embelezamento da cidade”, segundo um modelo europeu inspirado no Barão Haussmann, responsável pela reforma urbana de Paris na segunda metade do século XIX e tendo como marco inicial a Reforma Passos, em 1902. No intuito de tornar o Rio de Janeiro a “Paris dos Trópicos”, eliminando os traços da cidade colonial, Pereira Passos buscou transformar o Rio de Janeiro em uma cidade moderna e, através de um discurso sanitarista, deu início a uma série de obras de grande impacto no espaço urbano da então capital do Brasil. Além de demolições de grande parte da área central (desapropriação de inúmeros prédios e arrasamento de cortiços), construção de jardins, alargamento de ruas e construção de avenidas no centro e na orla, a Reforma Passos atuou na reestruturação do sistema viário da cidade em sua totalidade, partindo das áreas centrais; houve a construção de túneis sob morros e a otimização dos meios de transporte, facilitando o acesso a áreas mais distantes nas Zonas Norte e Oeste e também possibilitando o acesso para áreas à beira-mar na Zona Sul.

Dentre as obras mais significativas destacam-se o arrasamento do Morro do Senado (próximo à área portuária), a construção da Avenida Beira Mar e da Avenida Central, ambas inauguradas em 1905, sendo a última (atual Avenida Rio Branco) marcada pela instalação de edifícios imponentes como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio Monroe.

Estas ações envolveram, também, a expropriação da população pobre habitante dos cortiços nas áreas centrais, liquidando-se o “feio”, de modo a garantir-se o “belo” nos moldes europeus. A cidade do Rio de Janeiro torna-se, assim, uma espécie de “Paris dos Trópicos” (expressão cunhada e difundida pela imprensa local, nessa época), substituindo formas antigas que serviam de entrave à ideia de modernização que se pretendia à época.

É no contexto da “Paris dos Trópicos” e da almejada modernidade no Rio de Janeiro ligada aos padrões europeus e, mais especificamente, franceses, que se realiza a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922, ambas realizadas aos moldes das Exposições Universais, “espetáculos da modernidade” que vinham se concretizando na Europa desde a segunda metade do século XIX¹. Estas Grandes Exposições no Rio de Janeiro tiveram um forte conteúdo simbólico e envolveram, além de novas construções (boa parte delas, efêmeras), a conquista/produção de solo urbano na cidade.

A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908

Concebida em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a Exposição Nacional de 1908 foi organizada pelo governo federal, pelos estados brasileiros participantes, pelas associações comerciais, agrícolas e industriais. O intuito maior era o de mostrar ao país e ao mundo um Rio de Janeiro moderno (agora sem grandes resquícios da cidade colonial) em função das reformas da cidade e sua europeização e, ao mesmo tempo, um Brasil republicano, em progresso e civilizado. Portanto, a idéia de civilidade, progresso e modernidade marcou a Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro. A realização da Exposição Nacional de 1908 contou com a criação de um espaço para abrigar diversos pavilhões monumentais, cada um representando os estados brasileiros, exceto um pavilhão, o português (Portugal foi o único país participante da Exposição).

A Exposição teve duração de três meses (de 11 de agosto a 15 de novembro de 1908) e foi organizada em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoral, Indústrias e

¹ As Exposições Universais têm início num momento marcado, sobretudo, por um ideal de modernidade ligado à afirmação do modo de produção capitalista e da industrialização, e estavam imersas num contexto de grandes transformações sócio-espaciais impostas pela burguesia industrial em plena ascensão e à generalização do consumo e realização do capital na escala mundial. A primeira Exposição Universal foi realizada em Londres (1851), e idealizada fundamentalmente para mostrar ao mundo a superioridade industrial britânica na época.

Artes Liberais. O espaço utilizado localiza-se no bairro da Urca, abrangendo desde a antiga Praia da Saudade e seu cais (que atualmente corresponde à Avenida Pasteur e dependências do late Clube), até a Praia Vermelha, em terreno situado entre os morros da Babilônia e da Urca, ocupando uma área de 182.000 m².

Figura 1: Pavilhão dos Estados de Minas Gerais (esq.) e São Paulo (dir.)



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1908).

Figura 2: Vista Panorâmica da Exposição Nacional de 1908



Fonte: Museu da República (disponível em
<<http://www.republicaonline.org.br>>)
(Foto: Augusto Malta, 1908)

Apesar de ter sido idealizada e organizada juntamente com agentes privados, foi o Estado o grande investidor na montagem da exposição e nas transformações implementadas no bairro da Urca. A ocupação inicial da Urca foi marcada pela defesa da baía de Guanabara e materializada por fortificação, igreja e pequenas casas de madeira e taipa, e assim permaneceu, basicamente, até o início do século XX, quando o bairro é integrado à malha urbana do Rio de Janeiro, impulsionado pela realização, nessa área, da Exposição Nacional de 1908.

Para a Exposição, além dos pavilhões dos estados brasileiros e de Portugal, foram construídas avenidas, ruas, praças, e um pequeno trem na área interna (que percorria toda a exposição). O local contava também com a instalação da Estação (de bondes) da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico² e da Estação Marítima, situada no molhe da Urca, essa última proporcionando o deslocamento de pessoas através de barcas, saindo do cais Pharoux, no centro da cidade³. Essas infra-estruturas de acesso impulsionaram a dinamização (e expansão) da mobilidade urbana e dos fluxos, numa área até então “distante” da área central, praticamente inabitada e fundamentalmente de uso militar, e que, a partir do recebimento de investimentos em

² Que desde 1900 detinha a concessão das linhas de bonde para a Zona Sul, extinta em 1952.

³ Onde atualmente se encontra a Estação das Barcas, na Praça XV de Novembro, com partidas para a Ilha de Paquetá, Ilha do Governador e Niterói.

função da realização da Exposição, ganha nova expressão na cidade, adquire novo uso e é ressignificada.

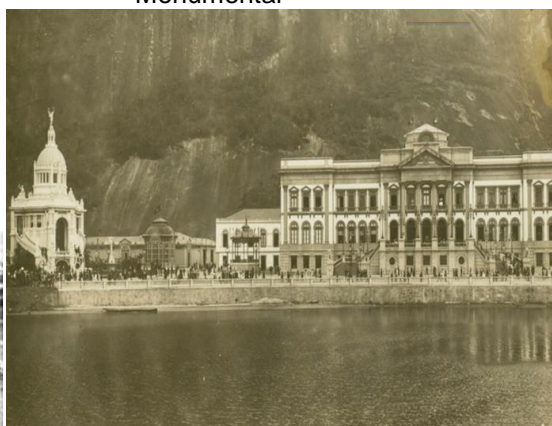
Praticamente a totalidade dos pavilhões construídos no recinto da Exposição apresentava estrutura frágil, normalmente de madeira coberta com estuque, representando uma espécie de arquitetura efêmera e, por sua beleza e imponência, configuravam-se como parte dos objetos da exposição. Alguns poucos edifícios pré-existentes foram utilizados, como o prédio da Escola Militar⁴, que foi adaptado para abrigar o Pavilhão das Indústrias, e o edifício do Pavilhão dos Estados, que teve o início de sua construção em 1881, inicialmente para abrigar a primeira universidade brasileira. O Pavilhão dos Estados era o prédio principal da Exposição e o mesmo não tinha o caráter de “arquitetura efêmera”, como a grande maioria dos outros pavilhões existentes: era o maior deles, com 7.600 m² e 91 salas para abrigar a exposição dos Estados que não possuíam um pavilhão próprio.

Figura 03: Pavilhão das Indústrias



Fonte: Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 (1908)

Figura 04: Pavilhão dos Estados e Porta Monumental



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ (Foto: Augusto Malta, 1908)

Atividades culturais e artísticas eram constantes no espaço da Exposição e funcionavam como mais uma estratégia de captação de público e, assim, o aspecto lúdico concorria com o apelo didático. Durante os três meses em que permaneceu ativa, dezenas de estrangeiros (autoridades, jornalistas) foram convidados para fins de divulgação do mega-evento assim como da cidade e do país no exterior, e a Exposição Nacional de 1908 “recebeu mais de um milhão de visitantes. Um número considerável para um país que tinha cerca de 22 milhões de habitantes” (FABIAN e ROHDE, 2007, p. 5). À essa multidão foi exibido, na remodelada e moderna capital

⁴ Esse edifício, inaugurado em 1864 junto à Praia Vermelha, situava-se em frete à praia, bloqueando a vista para o mar.

federal, um Brasil exuberante, moderno, sem antigos traços coloniais, e sob a idéia de progresso e desenvolvimento tecnológico e industrial, fato presente nas Exposições Universais antes comentadas.

Após a Exposição, o bairro da Urca é efetivamente integrado à cidade e urbanizado na década de 1920⁵, sob a gestão do prefeito Carlos Sampaio, inserido num período marcado por grandes obras públicas na região central e na zona sul da cidade, dando sequência às intervenções urbanas iniciadas por Pereira Passos. A valorização do solo à beira mar é inerente ao surgimento do bairro da Urca, e essa tendência se propaga em outros bairros da Zona Sul, aos poucos ocupados pelas classes mais abastadas.

A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE 1922

Em plena área central da cidade do Rio de Janeiro situava-se o Morro do Castelo (junto à Avenida Rio Branco⁶ e próximo à orla marítima), lugar habitado por população pobre, que vivia em cortiços e em péssimas condições de salubridade. O então prefeito Carlos Sampaio promoveu seu desmante, que acarretou na remoção dessa população da área central do Rio de Janeiro, sob um discurso higienista e em nome da estética. A administração de Carlos Sampaio denota, também, o papel do poder público na valorização de terrenos que a Prefeitura captava para si, através de melhorias urbanísticas e obras de saneamento, no intuito de atrair empreendimentos imobiliários. Segundo Lessa (2005, p. 241), com o desmante do Morro do Castelo, “surgiu uma área de 420 hectares de aterro entre a Praia de Santa Luzia e a Ponta do Calabouço [e sua remoção significou], aos olhos do mundo, a prova definitiva de que o Rio civilizava-se e renegava seu passado”.

Essa área foi utilizada para abrigar a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, que objetivava celebrar as comemorações do centenário da independência do país. Assim, uma área destinada a sediá-lo deveria ser preparada, e a escolha do centro e mais especificamente o local onde se encontrava o Morro do Castelo foi estratégica. A Exposição Internacional de 1922 foi mais uma justificativa para o seu desmante, cujo material foi ainda utilizado para aterro das Praias de Santa Luzia e da Lapa; com isso, um grande espaço (384.424 m²) foi conquistado na região central: o “vazio”

⁵ Em 1920 foi aprovado o plano geral de arruamento e loteamento da Urca.

⁶ Em 1912 a Avenida Central passa a se chamar Avenida Rio Branco.

proporcionado pelo desmorte do Morro (uma área que, por estar próxima à Avenida Rio Branco, era considerada a de maior valorização do solo da cidade), e o avanço sob o mar, na forma de aterro. Conforme Martins (1998, p. 126-127), os principais argumentos utilizados para justificar o desmorte do Morro foram: a) sua presença impedia arejar a cidade, pois o mesmo atuava como uma barreira física contra os ventos; b) seu ambiente era insalubre e ocupado por população “sem importância” e força política; c) sua localização central era excepcional, com excelente possibilidade de negócios futuros; d) seu desmorte proporcionaria altos lucros à Prefeitura, basicamente através da venda de terrenos ou negociações com grupos capitalistas em troca de serviços, e ainda através da possibilidade de ganhos pelos impostos gerados pelas novas áreas, contribuindo assim no aumento da arrecadação municipal.

Figura 05: Desmorte do Morro do Castelo



Fonte: ERMAKOFF, 2009, p. 143.
(Foto: Augusto Malta, 1921)

Figura 06: Aterro da Praia de Santa Luzia e, ao fundo, o Pão de Açúcar



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1921)

As obras foram iniciadas em 1920 e, além de sofrer atrasos consideráveis (o que implicou na aceleração das mesmas às vésperas da Exposição), foram criticadas pela imprensa da época pelos gastos vultuosos, que incluíam, além da derrubada do Morro do Castelo e aterro, o calçamento de ruas e o embelezamento da área, visando adequá-la às comemorações do Centenário e à necessária construção dos pavilhões dos países participantes.

Localizada em pleno centro da cidade, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil ocupava uma extensão de aproximadamente 2.500 metros, desde o Passeio Público, junto ao Palácio Monroe⁷, até o Mercado Municipal, ambos utilizados na Exposição. Na Praça Mauá havia também um anexo da Exposição, e ali se instalaram, fundamentalmente, as estruturas para expor a

⁷ No fim da década de 1970, o Palácio Monroe foi demolido em função das obras do metrô.

produção industrial dos países participantes. Ao todo, 13 países participaram da Exposição: Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, Itália, Dinamarca, México, Tchecoslováquia, Noruega, Bélgica, Portugal e Suécia. Apresentava, assim, uma parte internacional, situada basicamente na Avenida das Nações (atual Avenida Presidente Wilson), e outra parte nacional, situada na outra extremidade da Exposição e, basicamente, junto à área onde se encontrava o antigo Mercado Municipal.

A Exposição mostrou-se, portanto, como justificativa às intervenções realizadas na cidade do Rio de Janeiro na área escolhida para abrigá-la. Da mesma forma, caracterizava-se também pelo poder de atração de um grande contingente de visitantes, nacionais e estrangeiros, fazendo com que o turismo impulsionado por esse mega-evento de caráter internacional servisse, ainda, como um pretexto às ações do Estado no que tange às intervenções urbanas e à construção da imagem tanto da cidade do Rio de Janeiro perante o país como do próprio país perante o mundo.

Inaugurada em 07 de setembro de 1922 pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa, a Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro durou até 24 de julho de 1923, em sessão solene de encerramento realizada no Palácio das Festas. Recebeu, desde a inauguração até o dia 02 de julho de 1923, um total de 3.626.402 visitantes, sendo 12.723 a média diária de visitação (LEVY, 2010, p. 143). O recinto da Exposição contava com diversos edifícios como palácios, pavilhões, quiosques, bares, restaurantes e cinema, e o ambiente era também caracterizado pelo aspecto lúdico, incluindo um parque de diversões, espetáculos pirotécnicos, concertos, festas, bailes e solenidades (o recinto da Exposição contava com um total de 80 construções).

Figura 07: Parque de diversões



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1922)

Figura 08: Pavilhão da Argentina e Palácio Monroe (esq.)



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1922)

Assim como ocorreu em 1908, grande parte das construções em 1922 tinha um caráter efêmero e daí sua demolição após a Exposição, salvo algumas exceções,

como o Pavilhão dos Estados Unidos, que foi destinado à sede da embaixada americana no Brasil, e o Pavilhão da França (cópia do Petit Trianon, de Versailles), que abriga, até hoje, a Academia Brasileira de Letras. Dos pavilhões nacionais, o Pavilhão dos Estados Brasileiros (um dos maiores da exposição, com cinco pavimentos) foi construído com o intuito de ser edificação definitiva e após a Exposição abrigou a Secretaria de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio, e a edificação do Pavilhão das Grandes Indústrias encontra-se adaptada e ocupada atualmente pelo Museu Histórico Nacional. O Pavilhão do Distrito Federal também foi preservado e nos dias de hoje abriga a sede do Museu da Imagem e do Som.

Em suma, a Exposição Internacional de 1922 conformou-se como um significativo pretexto e justificativa às intervenções em plena área central do Rio de Janeiro, sobretudo a conquista de terrenos em decorrência do desmonte do Morro do Castelo e dos aterros. Eliminou-se um resíduo do passado que se configurava como um obstáculo às ações hegemônicas e à difusão do novo: o Morro do Castelo era, assim, uma barreira espacial, representada por sua dimensão tanto material quanto simbólica, uma vez que era visto como um símbolo representativo dos vestígios coloniais inerentes a um passado que se queria apagar com as ações de modernização do espaço urbano carioca.

MEGA-EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Um novo paradigma relativo à gestão urbana emerge mundialmente na década de 1980 e se consolida no Rio de Janeiro na década de 1990: o planejamento estratégico das cidades, norteando a formulação da política e as estratégias de crescimento urbano. O planejamento estratégico liga-se diretamente ao paradigma do chamado *empreendedorismo urbano*, ou seja, uma nova forma de governança urbana caracterizada por uma postura empresarial na gestão das cidades, fortemente apoiada em ações de *city-marketing* e nas parcerias público-privadas.

O Planejamento Estratégico constituiu mais um mecanismo para inserir o Rio de Janeiro no “mercado mundial de cidades”, e é esse, também, o momento político no qual o Rio de Janeiro, através dos Planos Estratégicos (instrumentos do empreendedorismo urbano) elaborados a partir da década de 1990, utiliza-se da captação de mega-eventos esportivos internacionais como estratégia e pretexto às intervenções urbanas na cidade. O empreendedorismo urbano está, de fato,

intimamente relacionado à candidatura do Rio de Janeiro à sede de mega-eventos esportivos internacionais, seguindo o exemplo da cidade de Barcelona e utilizando, inclusive, consultoria catalã na elaboração de seu primeiro Plano Estratégico⁸.

O empreendedorismo urbano, no caso carioca, se realiza através da elaboração, em 1993, do primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (chamado “Rio sempre Rio”), publicado em janeiro de 1996 e concebido no primeiro governo municipal de César Maia (1993-1997). As estratégias visando a atratividade da cidade no contexto do empreendedorismo urbano são pensadas, entre outros, em termos de oferta cultural e mega-eventos esportivos: no caso carioca, “sustenta-se que as candidaturas [aos Jogos Olímpicos] de 2004, 2012 e 2016, não esquecendo de mencionar os Jogos Pan-Americanos de 2007, inscrevem-se nesse rol de orientações” (BIENENSTEIN et al, 2011, p. 138).

Das estratégias listadas no Plano, a que merece destaque, por estar relacionada diretamente com o tema deste trabalho, é a intitulada “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional”, onde, declaradamente, a cidade é vista como um “produto a ser comercializado”, através das ações de city-marketing, da produção do centro da cidade como um “bem cultural”, do incremento do turismo e dos eventos e, por último, prevendo a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2004: é evidenciado, neste momento, o apoio a mega-eventos esportivos internacionais.

O segundo Plano Estratégico (2001-2004), denominado “As cidades da Cidade”, dividiu o território municipal em 12 regiões privilegiando a “diversidade da cidade”, e as “diferentes identidades e potencialidades”, criando, desta forma, um plano estratégico próprio para cada uma delas. Neste momento, todavia, há um elemento novo a orientar o planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro: sua candidatura aos Jogos Pan-americanos de 2007. Assim, o segundo Plano Estratégico mobiliza parcerias com o setor privado com vistas à implementação de um conjunto de obras necessárias à possível realização desse mega-evento.

O Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) chamado “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo”, lançado pelo Prefeito Eduardo Paes, situa-se no contexto dos mega-eventos esportivos a serem realizados no Brasil: o Rio

⁸ Em função das intervenções urbanas para a ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992, Barcelona produziu um “modelo” de urbanismo adotado em diversas cidades no mundo. O chamado “modelo Barcelona” é pautado, basicamente, na requalificação urbana de áreas degradadas, com baixa expressão de centralidade, no aprimoramento no que diz respeito à mobilidade urbana e nas ações de *city-marketing*. O “modelo” busca também investir na produção de espaços públicos e incentivar áreas de uso misto (residencial, de negócios, cultural).

de Janeiro é, também, uma das 12 cidades-sede⁹ da Copa do Mundo de 2014 e abrigará os Jogos Olímpicos de 2016. A “visão de futuro” é o lema maior deste Plano, seguindo quatro aspirações principais (social, econômica, ambiental e política), sendo a quarta delas, a política, ligada diretamente aos mega-eventos esportivos internacionais. A partir das diretrizes constantes no Plano, foram definidas 37 “iniciativas estratégicas”, sendo parte destas os projetos “Porto Maravilha”, Transcarioca, Transoeste, Ligação C (atualmente chamada Transolímpica) e Vila Olímpica, todos ligados diretamente à produção da “Cidade Olímpica” atualmente em curso no Rio de Janeiro.

OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007

A candidatura oficial aos Jogos Pan-americanos de 2007 ocorreu em 2001 com a entrega do dossiê junto à Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA) que, em 24 de agosto de 2002, anunciou a vitória do Rio de Janeiro sobre a cidade norte-americana concorrente, San Antonio. O mega-evento teve início em 13 de julho de 2007 e ocorreu durante 17 dias, concentrando 5.662 atletas de 42 países de todo o continente americano. Ao todo, foram definidas quatro áreas (“regiões”) para a realização do evento na cidade (Pão de Açúcar, Maracanã, Deodoro e Barra) e, conseqüentemente, onde se daria a localização dos equipamentos esportivos.

A região do Pão de Açúcar concentrou instalações temporárias e ao ar livre na Praia de Copacabana e o uso de instalações permanentes pré-existentes e adaptadas, como o Clube Caiçaras (situado na Lagoa Rodrigo de Freitas), a Marina da Glória, o Parque do Flamengo e o Estádio de Remo da Lagoa. A região do Maracanã concentrou os dois estádios utilizados nesse mega-evento: o Estádio do Maracanã¹⁰ e o Estádio João Havelange (conhecido como Engenhão, por estar situado no bairro de Engenho de Dentro), construído especialmente para os Jogos Pan-Americanos de 2007, com capacidade para abrigar 45.000 espectadores das provas de atletismo e futebol. Localizada na Zona Oeste da cidade, a região Deodoro abrigou basicamente o Complexo Esportivo Deodoro, situado na Vila Militar, em área pertencente ao Exército Brasileiro.

⁹ Juntamente com Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

¹⁰ Totalmente reformado para o Pan-2007, onde se deram as cerimônias de abertura e encerramento do mega-evento.

Contudo, não houve um equilíbrio na distribuição dos investimentos e intervenções nessas diferentes áreas, e a concentração se deu majoritariamente na região da Barra da Tijuca, principal pólo das competições e abrigando, entre outros, o Complexo Cidade dos Esportes (contendo a Arena Olímpica, o Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo¹¹), o Complexo Esportivo Riocentro e a Vila Pan-Americana¹², esta última configurando-se como mais uma estratégia do poder público, dirigida a uma área ocupada em grande parte por população de média e alta renda e, em cumplicidade com a iniciativa privada, para dinamizar o mercado imobiliário.

O Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou, em 2008, o “Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras relacionadas aos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007”, cuja avaliação final das ações realizadas foi relatada pelo Ministro Marcos Vinícius Vilaça¹³. Entre os diversos apontamentos, destacam-se o superfaturamento: a estimativa inicial dos gastos feita em 2001 pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) era de US\$224 milhões e, ao final, o custo aproximado foi de R\$3,3 bilhões aos cofres públicos das três esferas de governo envolvidas (municipal, estadual e federal). Um dos principais motivos diz respeito ao atraso no cronograma de execução das obras, o que acarretou em custos extras para que as construções ficassem prontas a tempo. Cálculos posteriores indicaram um valor ainda maior do custo total: cerca de R\$ 3,7 bilhões, representando os Jogos Pan-americanos mais caros da história, segundo Sánchez e Bienenstein (2009). A participação da iniciativa privada foi de pouca relevância no evento (cerca de 20% do custo total), desmistificando, assim, o papel das parcerias público-privadas na produção do espaço interno da metrópole sede de mega-eventos esportivos internacionais.

Segundo o Relatório supracitado, a única parceria público-privada para a construção de parte da infra-estrutura para os Jogos se deu na Vila Pan-americana, construída através de empréstimo feito pela Caixa Econômica Federal e depois explorada comercialmente no mercado imobiliário como um condomínio residencial pela Agenco Engenharia e Construções S.A. A Vila Pan-americana teve grande sucesso de vendas no mercado imobiliário após os Jogos e constituiu mais um empreendimento semelhante aos vários condomínios de apartamentos existentes na Barra da Tijuca; esse projeto ocupou um terreno que, “além de apresentar diversos

¹¹ O Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo são administrados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (até 2028) e a Arena Olímpica (atual HSBC Arena) é administrada pela *GL Events* através de contrato de cessão de uso e manutenção até 2016.

¹² Compreendendo 17 edifícios e 1.480 apartamentos, ocupando uma área de 340 mil m².

¹³ Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Pan.doc>. Acesso em 02/12/2011.

problemas que redundaram na necessidade de onerosas melhorias¹⁴, encontra-se num dos principais eixos de expansão imobiliária do Rio de Janeiro, reforçando ainda mais a valorização de uma área da cidade já valorizada (SANCHEZ e BIENENSTEIN, 2009, p. 14)”.

No caso do estádio de futebol “Engenhão”, além do legado do próprio equipamento esportivo em si, houve a revitalização urbana restrita aos arredores do mesmo¹⁵ e o surgimento de novos empreendimentos imobiliários que, através do valor simbólico atrelado ao Estádio, o utilizaram como estratégia de *marketing* para a venda de imóveis (SÁNCHEZ e BIENENSTEIN, 2009).

No projeto do Pan-2007 era mencionada a intenção de lidar com questões de pobreza e exclusão social existentes na cidade através do esporte. Porém, poucos foram os benefícios sociais decorrentes dos legados do Pan, uma vez que grande parte dos equipamentos passaram à iniciativa privada, por concessão do poder público municipal, e boa parte deles encontram-se sub-utilizados. Considerado “exitoso” por parte de seus organizadores, o evento foi pensado desde o início visando a candidatura da cidade para sediar os Jogos Olímpicos num futuro próximo: na verdade, a produção da cidade para a realização de um mega-evento esportivo como o Pan deveria torná-la uma “vitrine”, uma cidade apta para abrigar uma Olimpíada, foco principal desde a elaboração do primeiro Plano Estratégico do Rio de Janeiro (1993).

OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

Em janeiro de 2009 (início da gestão municipal de Eduardo Paes) foi entregue ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a versão final do “Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2016”¹⁶, e o anúncio da sua vitória se deu em 02 de outubro de 2009, em Copenhagem, quando tinha como concorrente final a cidade de Madri. O Rio de Janeiro teve anteriormente duas tentativas frustradas, referentes às candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012 (em 1999, a cidade, ao invés de ser candidata aos Jogos Olímpicos de 2008, centrou-se na candidatura aos Jogos Pan-Americanos de 2007).

¹⁴ Trata-se de terreno turfoso, úmido, tendo sido necessários cerca de cinquenta metros de fundação, que encareceram ainda mais sua construção.

¹⁵ Não ocorreu, portanto, no bairro em sua totalidade, como divulgado no projeto inicial.

¹⁶ Elaborado em 2008 sob a gestão de César Maia, em seu terceiro mandato como prefeito do Rio de Janeiro.

O dossiê final, que atualmente orienta a produção da “Cidade Olímpica”, organiza a cidade em quatro zonas (Barra, Copacabana, Maracanã e Deodoro) e pouco difere do plano anteriormente concebido para os Jogos Pan-americanos de 2007. Esse fato já era previsto, uma vez que o Pan-2007 foi pensado tendo em mente a realização de uma olimpíada na cidade do Rio de Janeiro num futuro próximo, o que de fato, vai ocorrer. Indiscutivelmente, um dos principais legados dos Jogos Pan-americanos de 2007 foi a representação simbólica desse evento, que se traduziu numa jogada de *marketing* para a eleição da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Repercussões espaciais dos Jogos Olímpicos sobre a produção do espaço urbano carioca devem ser potencializadas comparativamente às repercussões do Pan-2007, dada a magnitude do primeiro em relação ao segundo. Para 2016, conforme o *website* oficial do evento, “são esperados mais de 10.500 atletas de cerca de 205 nações ao redor do mundo, além de milhares de profissionais de imprensa, de apoio, apaixonados pelo esporte e turistas de todos os cantos do globo”¹⁷. A estimativa dos gastos apresentada no Dossiê de Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016 corresponde ao valor de R\$ 28,9 bilhões, cerca de oito vezes mais que os investimentos em decorrência dos Jogos Pan-americanos de 2007 (R\$ 3,7 bilhões), tendo novamente o predomínio dos recursos públicos na totalidade dos investimentos.

No que diz respeito à reestruturação urbana que está sendo levada a cabo no Rio de Janeiro em decorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 (além dos projetos viários e das intervenções na Barra da Tijuca), talvez a novidade maior seja a atenção dada atualmente à zona portuária da cidade, cujo fato não ocorreu na época das preparações para os Jogos Pan-americanos de 2007. As ações da Prefeitura do Rio de Janeiro se intensificam nas políticas urbanas voltadas à região central e à zona portuária, cuja expressão maior é representada pelo Projeto de Revitalização da Zona Portuária da cidade, intitulado “Porto Maravilha” (2009)¹⁸, projeto inserido em um movimento mundial de requalificação urbana de zonas portuárias.

O “Porto Maravilha” pretende, declaradamente, criar uma nova área de centralidade no Rio de Janeiro e tornar-se uma das maiores oportunidades de valorização patrimonial da cidade, intimamente relacionado à dinamização do mercado

¹⁷ Disponível em <www.rio2016.org.br>, acesso em 02/12/2011. Vale ressaltar, também, que o Rio de Janeiro sediou os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013 e é uma das 12 cidades-sede da Copa de 2014, o que demonstra sua inserção na rota dos eventos esportivos internacionais.

¹⁸ O Prefeito Eduardo Paes, em 23/11/2009 sancionou a lei que institui a “Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio”, viabilizando o projeto de revitalização da região através de alterações dos parâmetros urbanísticos (Jornal “Valor Econômico”, 24/11/2009).

imobiliário, desenvolvimento do turismo, comércio e entretenimento, através da recuperação do patrimônio histórico e cultural existente e a implantação de novos equipamentos, estimulando, inclusive, usos mistos. O Projeto prevê, além do “embelezamento” através de melhorias infra-estruturais e projetos viários e de transporte, a construção, através de parceria público-privada, do Museu Olímpico, da Pinacoteca do Rio, do Museu de Arte do Rio de Janeiro (nas antigas dependências do edifício da Polícia Federal, na Praça Mauá), do AquaRio (projetado para ser o maior aquário marinho da América Latina) e do Museu do Amanhã, no Píer Mauá.

Figura 09: Perspectiva futura do Museu do Amanhã, no Píer Mauá



Fonte: Revista VEJA Rio
Disponível em: <<http://vejario.abril.com.br>>. Acesso em: 10/09/2012.

O projeto Porto Maravilha prevê ainda a instalação de linha de veículo leve sobre trilhos (VLC), conectando a área do núcleo central do Rio, a “devolução” da vista da Baía de Guanabara à população através da demolição de parte do elevado da Avenida Perimetral, sobre a Praça Mauá, além de incentivos visando a atração de hotéis, bares, restaurantes, empresas e edifícios residenciais (alterações na legislação urbanística da zona portuária e arredores são assim realizadas, visando estimular estas e demais edificações). Na área portuária, estima-se que 75% sejam terras públicas que, ao invés de serem utilizadas à construção de habitação de interesse social, são direcionadas para operações imobiliárias. Trata-se, ainda, de um projeto de gentrificação dessa área “e não na recuperação de sua infra-estrutura para os que ali habitam e no reforço de sua identidade cultural” (BIENENSTEIN, 2011, p. 150)¹⁹.

¹⁹ Em referência, entre outros, aos habitantes do Morro da Conceição e Morro da Providência, situados nas imediações do Porto do Rio de Janeiro.

Figura 10: Vista aérea de parte da Zona Portuária (Praça Mauá e Píer Mauá), em 2010



Fonte: Jornal O Globo
Disponível em:
<extra.globo.com/casa/moveis-na-regiao-central-do-rio-ja-tem-preco-da-modernizacao-2609573.html>.
Acesso em 24/01/2011. Foto: Ricardo Leoni (2010).

Figura 11: Perspectiva futura da nova Praça Mauá



Fonte: Projeto Porto Maravilha (2009)
Disponível em: <www.portomaravilha.com.br>.
Acesso em 24/01/2011.

Outra medida de destaque relacionada aos Jogos Olímpicos de 2016 refere-se à mobilidade urbana na cidade, na qual se verificam alguns projetos, como a reforma dos dois terminais do Aeroporto Internacional Tom Jobim, ampliação do terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro e construção de 3 novos píeres de atracação, melhorias nos serviços de ônibus e na rede ferroviária do subúrbio, e a extensão da linha do metrô, desde a Zona Sul à Barra da Tijuca, onde se encontra, em construção, a Estação Jardim Oceânico.

Para a dinamização do fluxo de pessoas durante a realização desse megaevento, três mega-projetos viários encontram-se em fase de execução no Rio de Janeiro: são as chamadas Transcarioca, Transolímpica e Transoeste. Boa parte das obras relativas à esses mega-projetos viários é financiada pelo Governo Federal e de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por vezes em parcerias com a iniciativa privada, como é o caso da Transolímpica. Consistem, basicamente, em três grandes eixos viários implantados ora em vias já existentes (reformadas e/ou ampliadas), ora em novas vias, envolvendo também a construção de túneis, pontes, viadutos e mergulhões, e a implantação de corredores de ônibus articulado utilizando o BRT (*Bus Rapid Transit*).

A Transcarioca fará a ligação entre a Barra da Tijuca, no Terminal Alvorada, e o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), passando pelos bairros de Madureira e Penha (Zona Norte). Terá uma extensão aproximada de 38 km, envolvendo a desapropriação de cerca de 3.630 imóveis nos bairros de Jacarepaguá e Madureira.

As obras são executadas pelo “Consórcio Transcarioca BRT”, constituído pelas empresas Construtora Andrade Gutierrez S/A e Delta Construções S/A²⁰.

O Complexo Cidade dos Esportes e a Vila Olímpica, na Barra da Tijuca, serão interligados ao Complexo Esportivo Deodoro através de outro eixo viário, a Transolímpica, que percorrerá um trecho aproximado de 26 km de extensão, começando no cruzamento da Avenida das Américas e Avenida Salvador Allende, na Barra. O projeto prevê, inicialmente, cerca de 1271 desapropriações, e será construído pelo Consórcio Rio Olímpico, representado pelas empresas Invepar, CCR e Odebrecht que, do orçamento total de R\$ 1,55 bilhão, custeará R\$ 479 milhões, cabendo à Prefeitura do Rio de Janeiro arcar com R\$ 1.072 bilhão.

A Transoeste, terceiro projeto viário²¹, fará conexão com a futura estação de metrô (Jardim Oceânico), com a Transcarioca e a Transolímpica, e ligará ainda Barra da Tijuca aos bairros de Santa Cruz e Campo Grande, no extremo da Zona Oeste, numa extensão total aproximada de 56 km²². O intuito desses mega-projetos viários é, portanto, investir na fluidez territorial de pessoas para a Barra da Tijuca, “aproximando” este bairro ao restante da cidade.

Além da ampliação e adequação dos equipamentos esportivos existentes na Barra da Tijuca, outro destaque na produção da “Cidade Olímpica” é a construção da Vila de Mídia e Vila Olímpica²³ (por vezes chamada de Vila dos Atletas). Situadas em terrenos pertencentes à construtora Carvalho Hosken, constituem-se, assim como a Vila Pan-americana, novos empreendimentos imobiliários a assumir, após os Jogos, um caráter residencial privado. A Carvalho Hosken é a empresa responsável pela construção destes empreendimentos, assim como sua comercialização após o mega-evento. Conforme explicitado pelas linhas anteriores, boa parte das ações concentra-se na ocupação e valorização dessa área, como também no reforço de centralidade da Barra da Tijuca, algo também verificado na ocasião dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

²⁰ Informações obtidas no Contrato 007/2011, disponível em <www.copatransparente.gov.br>. O orçamento previsto para a Transcarioca é de R\$ 1,6 bilhão e, em abril de 2012, a empresa Delta Construções S/A deixa o consórcio.

²¹ O orçamento aproximado é de R\$ 800 milhões.

²² Outro projeto, a Transbrasil, está em fase de concepção e ocupará trechos da Avenida Brasil. A intenção é ligar o Aeroporto Santos Dumont a Deodoro, na Zona Norte, em uma extensão aproximada de 32 km.

²³ A Vila Olímpica contará com 34 edifícios de 12 andares, com 2.448 apartamentos de três e quatro dormitórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da identificação do primeiro mega-evento realizado no Rio de Janeiro, a Exposição Nacional de 1908, buscamos analisar o papel dos mega-eventos no processo de produção do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX, marcado pela produção da “Paris dos Trópicos” (e a realização das Exposições de 1908 e 1922), e no início do século XXI, marcado pela produção da “Cidade Olímpica” no contexto dos mega-eventos esportivos internacionais (tendo em vista os Jogos Pan-Americanos de 2007 e a realização futura dos Jogos Olímpicos de 2016)²⁴.

Mesmo situados em momentos distintos, os mega-eventos analisados configuram-se enquanto estratégias urbanas promovidas pelo Estado, em relação de cumplicidade com o mercado e os agentes hegemônicos da economia. A partir de seus desdobramentos espaciais, compreende-se a importância que os mesmos possuem nos processos de fragmentação espacial, ao produzir parcelas do espaço valorizadas e vendidas enquanto solo urbano e, ainda, no reforço ou consolidação de áreas de centralidade, por induzir, entre outros, à concentração de investimentos, pessoas, e à dinamização de fluxos diversos no espaço intra-urbano da cidade, nossa escala de análise.

As modernizações territoriais decorrentes dos mega-eventos no Rio de Janeiro se mostraram altamente seletivas e excludentes, através da introdução de novos conteúdos materiais e imateriais que se realizam ligados à ideologia e à política, concretizando-se na própria produção de lugares elitizados e destinados a cumprirem certas funções determinadas por intencionalidades hegemônicas. Inovações introduzidas em função da realização de mega-eventos no Rio de Janeiro se concentraram nas áreas já valorizadas da cidade ou potencialmente valorizáveis, acentuando ainda mais a produção de espaços elitizados, utilizando-se de padrões de urbanização importados: no início do século XX, as ações eram inspiradas na reforma urbana de Paris pelo Barão Haussmann e, no início do século XXI, aplica-se o “modelo Barcelona” de urbanismo, difundido mundialmente em função da produção da “Cidade Olímpica” para as Olimpíadas de 1992, tendo como base os Planos Estratégicos.

A produção de lugares elitizados no Rio de Janeiro acompanhou o processo de segregação sócio-espacial e eliminação de barreiras espaciais e sociais,

²⁴ Entre estes dois períodos podemos citar a existência de mais dois mega-eventos de amplas repercussões espaciais na cidade do Rio de Janeiro: a Copa do Mundo de 1950 e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), analisados em trabalho anterior (ver MOLINA, 2013).

especialmente no que diz respeito a desapropriação e expulsão dos habitantes situados na “rota” dos mega-eventos no espaço interno da cidade. Utilizados como pretexto à expansão urbana, à consolidação ou reforço de áreas de centralidade, à dinamização dos fluxos e articulação dos lugares, os mega-eventos analisados induziram redefinições dos usos do solo e de seu arranjo no espaço interno da cidade, mostrando-se relevantes na configuração do Rio de Janeiro em diferentes momentos de sua estrutura urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2010.
- AHLFELDT, Gabriel e MAENNIG, Wolfgang. Arenas, arena architecture and the impact of location desirability: the case of ‘Olympic arenas’ in Prenzlauer Berg, Berlin. *Urban Studies*, 46(7), p. 1343-1362, 2009.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In.: ARANTES, O. ; VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 2002, p. 11-74.
- BENEDICTO, Danielle Barros de M. Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-americanos, Rio 2007. In: XIII ENANPUR – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. *Anais...* Florianópolis, SC, Brasil, 25 a 29 de maio de 2009.
- BIENENSTEIN, Glauco et al. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In.: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco e SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). *O jogo continua: mega-eventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 123-161.
- CANOGAR, Daniel. *Ciudades efímeras: Exposiciones Universales: espectáculo y tecnología*. Madrid: Anjana Ediciones, 1992.
- CARLOS, Ana Fani A. A natureza do espaço fragmentado. In.: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. de ; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 191-197.
- DOSSIÊ de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2016. [Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2009]. Disponível em: <<http://www.rio2016.org.br/arquivos>>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- FABIAN, Alessandra e ROHDE, Bruno. Progresso e modernidade: sonho de uma nação. *Revista Eclética*. Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, n. 25, p. 2-6, julho/dezembro de 2007.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo : Annablume, 2005.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, 39(16), p. 48-64, 1996.

- INDOVINA, Francesco. Os grandes eventos e a cidade ocasional. In.: FERREIRA, Vítor M. e INDOVINA, Francesco (orgs.). *A cidade da EXPO '98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999, p. 126-143.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.
- LEVY, Ruth. *A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.
- MARTINS, Angela Maria Moreira. A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico na jovem república brasileira. In: RIO, Vicente del (org.) *Arquitetura: pesquisa e projeto*. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1998 (Coleção PROARQ), p. 121-146.
- MOLINA, Fábio Silveira. *Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da "Paris dos Trópicos" à "Cidade Olímpica"*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/Departamento de Geografia, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – As cidades da Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2004.
- _____. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio sempre Rio*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1996.
- _____. *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro – Pós 2006, o Rio mais integrado e competitivo*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. Comitê Especial de Legado Urbano. *Plano de Legado Urbano e Ambiental: Olimpíadas Rio 2016*. Rio de Janeiro : Prefeitura, [s.d].
- RAEDER, Sávio. *Jogos & cidades: ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- RELATÓRIO Oficial dos XV Jogos Pan Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007*. [Comitê Olímpico Brasileiro: Prefeitura do Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro: Governo Federal - Ministério do Esporte, 2009]. Disponível em <www.cob.org.br>. Acesso em 02/12/2011.
- RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. *A (des)construção do espaço carioca na "Era César Maia" (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado "Pentágono do Milênio"*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2009.
- SÁNCHEZ, Fernanda e BIENENSTEIN, Glauco. Jogos Pan-americanos Rio 2007: um balanço multidimensional. In.: XXVIII CONGRESSO DO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA). *Anais...* Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2009.
- SEIXAS, João. Os mega-eventos na cidade: imagem social, política econômica e governança urbana. *E-metropolis*, n.2, ano 1, p. 4-9, setembro de 2010.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*. Presidente Prudente: UNESP, v. 10, p. 1-18, 1991.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. ; VAINER, C. e

MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 2009b, p. 75-104.